



Diante do exposto, com fundamento no art. 155, inciso IV, combinado com o art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nas Cláusulas 27.1.1 e 27.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 060/2024, no art. 16 do Anexo VIII da Resolução nº 64/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, nos princípios que regem a atividade sancionadora da Administração Pública e nas manifestações técnicas da Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório e da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência, DECIDO:

I - Aplicar à empresa HOUSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.689.930/0001-89, a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, em razão do descumprimento da Cláusula 27.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 060/2024, consistente na não entrega da documentação exigida para o certame no prazo estabelecido pelo Pregoeiro;

II - Determinar o registro da sanção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, a publicação desta decisão no Diário da Justiça Eletrônico e no portal institucional, em observância ao princípio da publicidade, e a notificação formal da empresa sancionada pela Secretaria de Expediente, cientificando-a de que, caso pretenda interpor recurso administrativo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias úteis, comprovando o recolhimento das custas administrativas previstas na Lei Estadual nº 6.646/2023, sob pena de inadmissibilidade;

III - Determinar que eventual reincidência em condutas similares ensejará a aplicação de sanções mais severas, observados os critérios de gradualidade e proporcionalidade.

A penalidade aplicada visa ao cumprimento da função educativa e preventiva das sanções administrativas, sendo proporcional e razoável em face da natureza e gravidade da infração constatada, bem como das circunstâncias específicas que caracterizam o caso concreto.

Transcorrido *in albis* o prazo recursal ou julgado o eventual recurso, remetam-se os autos à Coordenadoria de Licitação e à Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório para as providências pertinentes.

À SECEX para cumprimento.

Manaus/AM, data registrada no sistema.

- assinatura eletrônica -

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**  
Presidente

#### **Processo Administrativo TJAM nº 2025/000042278-00**

#### **DECISÃO GABPRES**

Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório instaurado em face da empresa ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.468.603/0001-73, com o objetivo de apurar suposta infração administrativa decorrente da não entrega de documentação exigida durante o certame, conduta que, em tese, configura violação ao disposto no art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e à Cláusula 27.1.1 do Edital.

Conforme documentação acostada aos autos, durante a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 054/2024, referente à aquisição de equipamentos de atendimento ao público para realizar a substituição dos danificados e novas instalações, visando atender às necessidades internas do Tribunal de Justiça do Amazonas, a empresa ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. foi convocada, às 12h00 do dia 30 de outubro de 2024, para envio da proposta ajustada referente ao Item 6.

Às 13h46, a licitante solicitou prorrogação de prazo alegando falta de energia elétrica, pedido que foi deferido pelo Pregoeiro, estendendo-se o prazo até às 15h50. A empresa enviou anexos dentro deste novo prazo. Contudo, durante a análise, foram identificadas inconsistências formais, notadamente divergência de dados cadastrais, bem como a necessidade de comprovar a exequibilidade do item ofertado, apontado como descontinuado.

Em 04 de novembro de 2024, às 11h41, foi expedida diligência para saneamento das falhas e envio da documentação pertinente, concedendo-se o prazo de duas horas, com término às 13h42 do mesmo dia. Conforme o histórico do chat da sessão pública e a Certidão de Decurso de Prazo (SEI nº 2353817), a empresa deixou transcorrer o prazo *in albis* quanto à entrega dos documentos diligenciados para o Item 6, embora tenha interagido no chat sobre outro item.

Diante da omissão, o Pregoeiro declarou a proposta não aceita e desclassificou a licitante para o Item 6, prosseguindo com a convocação da empresa subsequente.

A Secretaria de Administração, por meio do Despacho SECAD/TJ (SEI nº 2353818), determinou a instauração do presente Processo Administrativo Sancionatório para apuração dos fatos.

A empresa foi devidamente citada por meio do Ofício nº 85 – CPPAS, de 13 de outubro de 2025, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa. Diante da inércia da interessada, e em garantia à ampla defesa e ao contraditório, foi solicitada a nomeação de Defensor Dativo.

Tempestivamente, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas apresentou Defesa Prévia (Id. 2575610), aduzindo, em síntese, preliminar de nulidade da notificação por não ter sido realizada via correios com AR, conforme Lei Estadual nº 2.794/2003. No mérito, sustentou a ausência de prejuízo decorrente da conduta, alegando que a inércia da empresa não inviabilizou o certame, pois houve a convocação da licitante subsequente, requerendo a absolvição ou o reconhecimento da inexistência de danos.



A Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório – CPPAS, por meio do Relatório (SEI nº 2627633), manifestou-se pela aplicação da sanção de advertência à empresa, reconhecendo que a conduta, embora configure infração administrativa, foi caracterizada por negligência no acompanhamento do prazo, sem que se verificasse dolo ou má-fé.

A Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência (AJAP/TJ), por meio do Parecer (SEI nº 2641524), acompanhou integralmente o entendimento da CPPAS, opinando pela aplicação da sanção de advertência.

É o relatório. Decido.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 155, estabelece o rol de infrações administrativas passíveis de responsabilização do licitante ou contratado. O inciso IV do referido dispositivo assim dispõe: “Art. 155. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: [...] IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;”. Da leitura do dispositivo legal, extrai-se que o legislador, ao estabelecer as hipóteses de responsabilização administrativa, buscou tutelar a regularidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios, assegurando que os licitantes cumpram integralmente as exigências editalícias e os prazos estabelecidos durante o certame.

O artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 estabelece o rol de sanções administrativas aplicáveis aos licitantes e contratados que praticarem as infrações previstas no artigo 155, prevendo em seu inciso I a sanção de advertência. O parágrafo primeiro do artigo 156 estabelece que na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

A Resolução nº 64/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito desta Corte, estabelece em seu Anexo VIII que o Processo Administrativo Sancionatório destina-se à averiguação de indícios de autoria e materialidade de fatos que possam acarretar a aplicação de sanções administrativas. O artigo 16 do Anexo VIII da referida Resolução dispõe que a advertência será aplicada como instrumento de correção de conduta relativa à inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

No caso concreto, a análise detida dos autos revela que a materialidade e a autoria da infração estão inequivocamente comprovadas. A empresa ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. deixou de enviar a documentação complementar exigida dentro do prazo de duas horas estabelecido pelo Pregoeiro em diligência de 04 de novembro de 2024, conduta que se subsume perfeitamente ao tipo infracional previsto no art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula 27.1.1 do Edital.

No que tange à preliminar de nulidade da notificação arguida pela Defensoria Pública, observa-se que tal argumento não merece acolhimento. A empresa, ao participar do Pregão Eletrônico nº 054/2024, aderiu às regras do Edital, que prevê a comunicação de atos preferencialmente por meios eletrônicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O endereço eletrônico utilizado para a notificação foi o mesmo fornecido pela licitante em sua proposta. Ademais, no direito administrativo sancionador, vige o princípio do pas de nullité sans grief, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo. A nomeação da Defensoria Pública supriu a inércia da empresa, garantindo defesa técnica qualificada que abordou tanto aspectos formais quanto meritórios, não havendo cerceamento de defesa. Anular o feito para realizar nova notificação via correios, quando a defesa já foi apresentada e os argumentos já estão nos autos, atentaria contra a eficiência administrativa e a economia processual, sem trazer benefício prático à verdade real dos fatos.

No mérito, a defesa sustenta que a conduta da empresa não causou dano ao erário ou à Administração, pois houve a convocação de outra licitante. Tal argumento não prospera. A infração prevista no art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 é de natureza formal e de mera conduta. O tipo infracional se consuma com o descumprimento do dever de apresentar os documentos quando convocado, independentemente da ocorrência de resultado naturalístico.

O prejuízo à Administração, neste caso, é presumido e se reflete na quebra da isonomia e da competitividade, vez que a empresa ocupou a posição de vencedora provisória, afastando outros competidores, sem estar apta ou disposta a honrar os compromissos assumidos. Ademais, houve impacto na morosidade e no custo administrativo, pois a conduta da licitante obrigou o Pregoeiro e a equipe de apoio a realizarem diligências, suspenderem a sessão e analisarem propostas subsequentes, atrasando a conclusão do certame e a aquisição dos bens necessários ao Tribunal. Por fim, verifica-se o retardamento da contratação, visto que o atraso gerado pela inércia da licitante posterga a entrega de equipamentos essenciais ao atendimento ao público, prejudicando a eficiência do serviço jurisdicional.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que a não apresentação de documentação, sem justificativa superveniente comprovada, caracteriza comportamento inidôneo e passível de sanção, visando coibir a participação de aventureiros nas licitações públicas. A empresa, devidamente convocada e inclusive após ter pedido prorrogação de prazo que foi deferido pelo Pregoeiro, manteve-se inerte na oportunidade da diligência posterior, não apresentando os documentos nem justificativa plausível para a omissão no momento oportuno.

Para a configuração da responsabilidade administrativa sancionadora, verifica-se a presença dos elementos essenciais, quais sejam, conduta, tipicidade, nexo de causalidade e culpabilidade. A conduta restou demonstrada pela omissão da licitante em enviar a documentação exigida no prazo estabelecido. A tipicidade encontra-se configurada pela subsunção da conduta às normas legais e editalícias específicas mencionadas. O nexo de causalidade estabelece-se pela relação direta entre a conduta omissiva da empresa e o descumprimento das obrigações licitatórias assumidas.

No tocante à culpabilidade, elemento crucial para a imposição de sanção administrativa, a análise deve considerar as circunstâncias específicas do caso concreto. Não se verifica nos autos qualquer elemento que comprove má-fé, dolo, conluio ou intenção deliberada de fraudar o certame ou causar prejuízo à Administração Pública. A conduta denota negligência na operação e no acompanhamento do sistema eletrônico, caracterizando infração de natureza culposa. A empresa, por meio da defesa apresentada pela Defensoria Pública, reconheceu implicitamente o erro, embora com justificativa inadequada. Não há nos autos registro de reincidência específica que indique comportamento reiterado capaz de prejudicar a Administração.



A imposição de sanções administrativas deve observar rigorosamente os princípios constitucionais e legais que regem a atividade administrativa, especialmente os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e individualização da sanção. O princípio da proporcionalidade exige que a sanção aplicada seja adequada, necessária e proporcional em sentido estrito à gravidade da infração cometida. No caso em análise, as circunstâncias demonstram que a conduta teve caráter pontual, decorreu de negligência e não reiteração, e embora tenha contribuído para complexidade adicional no processamento do certame, não houve contratação formalizada ou prejuízo financeiro direto à Administração, havendo apenas a necessidade de repetição de atos processuais.

O princípio da razoabilidade impõe que a decisão administrativa seja coerente, lógica e justificável, evitando-se excessos na resposta sancionadora. A análise razoável do caso indica que a aplicação de sanção severa, como impedimento de licitar e contratar, seria desproporcional considerando a natureza pontual da irregularidade, a ausência de dolo e a circunstância de ter havido defesa técnica qualificada.

Considerando os elementos fáticos e jurídicos analisados, bem como os princípios norteadores da atividade sancionadora, entende-se que a penalidade mais adequada ao caso concreto é a aplicação de advertência por escrito, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A advertência constitui a sanção menos gravosa prevista no ordenamento jurídico para os casos de descumprimento das obrigações licitatórias, sendo apropriada para situações em que se verifica infração de menor potencial ofensivo, com caráter educativo e preventivo, visando à conscientização do licitante sobre suas obrigações e ao aprimoramento do cumprimento das exigências editalícias.

A opção pela advertência justifica-se por diversos fatores convergentes, quais sejam, o caráter pontual e não reiterado da irregularidade identificada, a ausência de prejuízo financeiro direto ao interesse público, a inexistência de dolo ou má-fé na conduta, a ausência de reincidência específica, e o fato de a empresa ter sido representada por defesa técnica que reconheceu a necessidade de aprimoramento dos controles internos.

A manifestação técnica da Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório (SEI nº 2627633) foi precisa ao analisar detidamente os elementos constantes dos autos e concluir pela aplicação de advertência por escrito à empresa, fundamentando sua conclusão nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Da mesma forma, o Parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência (SEI nº 2641524) corroborou os argumentos da manifestação técnica, acompanhando suas conclusões e opinando pela aplicação de advertência por escrito.

Ambas as manifestações técnicas destacaram que a advertência cumpre importante função educativa e preventiva no âmbito dos procedimentos licitatórios, servindo como instrumento de conscientização do licitante sobre a importância do cumprimento rigoroso de todas as obrigações e prazos estabelecidos nos instrumentos convocatórios, especialmente aquelas relacionadas ao envio tempestivo de documentação solicitada durante as sessões públicas.

Diante do exposto, com fundamento no art. 155, inciso IV, combinado com o art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nas Cláusulas 27.1.1 e 27.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024, no art. 16 do Anexo VIII da Resolução nº 64/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, nos princípios que regem a atividade sancionadora da Administração Pública e nas manifestações técnicas da Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório e da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência, **decido**:

I - Aplicar à empresa **ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.468.603/0001-73, a sanção administrativa de **advertência** por escrito, em razão do descumprimento da Cláusula 27.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024, consistente na não entrega da documentação exigida para o certame no prazo estabelecido pelo Pregoeiro;

II - Determinar o registro da sanção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, a publicação desta decisão no Diário da Justiça Eletrônico e no portal institucional, em observância ao princípio da publicidade, e a notificação formal da empresa sancionada pela Secretaria de Expediente, cientificando-a de que, caso pretenda interpor recurso administrativo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias úteis, comprovando o recolhimento das custas administrativas previstas na Lei Estadual nº 6.646/2023, sob pena de inadmissibilidade;

III - Determinar que eventual reincidência em condutas similares ensejará a aplicação de sanções mais severas, observados os critérios de gradualidade e proporcionalidade.

A penalidade aplicada visa ao cumprimento da função educativa e preventiva das sanções administrativas, sendo proporcional e razoável em face da natureza e gravidade da infração constatada, bem como das circunstâncias específicas que caracterizam o caso concreto.

Transcorrido *in albis* o prazo recursal ou julgado o eventual recurso, remetam-se os autos à Coordenadoria de Licitação e à Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório para as providências pertinentes.

À SECEX para cumprimento.

Manaus/AM, data registrada no sistema.

- assinatura digital -

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**  
Presidente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

### **PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ**

Trata-se de processo administrativo sancionatório instaurado a partir da manifestação da Coordenadoria de Licitação (COLIC) e autorização da Secretaria de Administração, conforme Despacho SECAD/TJ (id. 2353818), visando à **apuração de eventual responsabilização da empresa ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 054/2024**, em razão da infração consistente em **“deixar de entregar a documentação complementar de habilitação exigida no certame”**, em descumprimento à Cláusula 27.1.1 do respectivo Edital.

Intimada, através do Ofício n.º Ofício N.º 85 - CPPAS, de 13 de outubro de 2025, a empresa **ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** apresentou defesa prévia, apresentada por defensor dativo, alegou em síntese (id. 2575610):

A Defensoria Pública, em defesa da empresa ASAS TECNOLOGIA, arguiu preliminarmente a nulidade da notificação por não ter sido realizada via correios com AR, conforme Lei Estadual nº 2.794/2003. No mérito, sustentou a “ausência de prejuízo decorrente da conduta”, alegando que a inércia da empresa não inviabilizou o certame, pois houve a convocação da licitante subsequente, requerendo a absolvição ou o reconhecimento da inexistência de danos.

A Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório (id. 2627633) relata:

A defesa sustenta que a conduta da empresa não causou dano ao erário ou à Administração, pois houve a convocação de outra licitante.

Tal argumento não prospera. A infração prevista no art. 155, IV, da Lei n.º 14.133/2021 ("deixar de entregar a documentação exigida para o certame") é de natureza formal e de mera conduta. O tipo infracional se consuma com o descumprimento do dever de apresentar os documentos quando convocado, independentemente da ocorrência de resultado naturalístico (dano financeiro direto).

O prejuízo à Administração, neste caso, é presumido e reflete-se, primeiramente, na quebra da isonomia e da competitividade, uma vez que a empresa ocupou a posição de vencedora provisória, afastando outros competidores, sem estar apta ou disposta a honrar a proposta. Além disso, houve impacto na morosidade e no custo administrativo, pois a conduta da licitante obrigou o Pregoeiro e a equipe de apoio a realizarem diligências, suspenderem a sessão e analisarem propostas subsequentes, atrasando a conclusão do certame e a aquisição dos bens necessários ao Tribunal (Item 6). Por fim, verifica-se o retardamento da contratação, visto que o atraso gerado pela inércia da licitante posterga a entrega de equipamentos essenciais ao atendimento ao público, prejudicando a eficiência do serviço jurisdicional.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífica no sentido de que a não apresentação de documentação, sem justificativa superveniente comprovada, caracteriza comportamento inidôneo e passível de sanção, visando coibir a participação de "aventureiros" nas licitações públicas.

A empresa, devidamente convocada e inclusive após ter pedido prorrogação de prazo (o que foi deferido pelo Pregoeiro), manteve-se inerte, não apresentando os documentos nem justificativa plausível para a omissão no momento oportuno.

Todavia, as circunstâncias fáticas podem ser consideradas na dosimetria. Não há evidências de dolo ou má-fé por parte da licitante, nem histórico de reincidência apensado aos autos. A conduta aparenta ter decorrido de desorganização operacional ou negligência, sem intuito fraudulento.

(...)

No caso concreto, embora a conduta tenha gerado transtorno processual, entende-se que a aplicação de impedimento de licitar seria medida desproporcional à gravidade da falha, considerando a ausência de dolo e a primariedade da conduta neste contexto específico.

Considerando o disposto no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, esta Comissão entende que a sanção de **Advertência** mostra-se proporcional, razoável e pedagógica, adequada à gravidade do fato e às circunstâncias do caso, servindo como alerta para que a empresa aprimore seus controles internos em futuras participações.

(...)

Diante do exposto, esta Comissão Processante de Processo Administrativo Sancionatório, com fundamento no art. 155, inciso IV, e art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas Cláusulas 27.1.1 e 27.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico

É o relatório.

De início, cumpre registrar que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica, possuindo caráter opinativo, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.

A CPPAS (id. 2627633) foi precisa ao detalhar os dispositivos legais e as normas constantes do edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024 e concluiu: " com fundamento no art. 155, inciso IV, e art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas Cláusulas 27.1.1 e 27.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 060/2024-TJAM, opina pela aplicação da sanção de **ADVERTÊNCIA** à empresa **ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** (CNPJ 04.468.603/0001-73)", encaminhando os autos a esta AJAP para emissão de parecer opinativo.

**Diante do conteúdo dos autos, afigura-se claro a conduta culposa (negligente) da empresa ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA (CNPJ 04.468.603/0001-73), acarretando prejuízo ao andamento do certame, culminando na aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA, vez que descumpriu as normas do edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024.**

Ante o exposto, esta Assessoria corrobora os argumentos da Manifestação CPPAS e acompanha suas conclusões, opinando pela aplicação de penalidade de **ADVERTÊNCIA** à empresa **ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** (CNPJ 04.468.603/0001-73), com fundamento no art. 155, inciso IV, e art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas Cláusulas 27.1.1 e 27.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024-TJAM.

Considerando tratar-se de decisão da competência de autoridade superior, submeta-se o presente parecer à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, data registrada no sistema.

*(assinado digitalmente)*

**Raphael Guidão Marques**

**Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência**



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL GUIDÃO MARQUES, Diretor(a)**, em 07/01/2026, às 08:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2641524** e o código CRC **B61F08A0**.